

Escola Secundária Jaime Moniz
Ano Letivo 2014/2015
Filosofia — 11º Ano

A Filosofia e a Cidade
A Democracia no Século XXI

Francisco Miguel Gouveia Serrão

Gonçalo Tomás Quintal Azevedo

João Miguel Correia Faria

Funchal, 22 de Maio de 2015

Índice

Introdução	2
Origem	2
Redefinição Moderna do Termo	2
Problemas da Política Partidária	3
Economia	4
A Solução Falida da Democracia Social	4
Falhaço da Economia Centralizada	5
O Capitalismo é Antidemocrático	5
Fracasso das Medidas de Reforma ao Capitalismo	7
Educação	8
Diplomacia	9
Para Além dos Problemas Técnicos	10
Ditadura, Poliarquia e Democracia	11
Revolução do Pensamento	12
Falhas do Contrato Social	12
Democracia é Anarquia	13
O Renascimento da Filosofia	13
Conclusão	15
Fontes de Consulta	16
Bibliografia	16
Webgrafia	16

Introdução

Origem

Para falarmos sobre a democracia no século XXI, é indispensável perceber quais as suas origens. É um conceito antigo, o termo vem das palavras gregas *δημος* e *κράτος*, querendo dizer «poder do povo».

Inicialmente, o conceito era tomado bastante literalmente, e referia-se a um processo em que os cidadãos participavam na formulação de leis, no processo judicial, executivo, *etc.*, diretamente. Considera como valor máximo a liberdade dos cidadãos, sem hierarquia.

Redefinição Moderna do Termo

Embora a definição do que é um cidadão tenha mudado bastante (na Antiga Grécia só homens adultos atenienses o eram), a definição prévia de democracia foi utilizada pelo menos até ao século XVIII. O que hoje referimos como democracia representativa, os líderes das revoluções francesa e americana referiam como república. «Democracia» adquiriu o seu significado atual na altura dos movimentos fascistas, que também pretendiam repúblicas como formas de governo, mas não perfilhavam pela liberdade política.

Mas de que se trata esta diferença entre formas de democracia, no fundo? Hoje em dia, quando falamos de democracia referimo-nos geralmente à democracia representativa que bem conhecemos.

É habitual dizer-se que outra forma de governo é insustentável. Ainda mais, que qualquer cidadão pode chegar a presidente ou a primeiro-ministro. Porém, será que isso é verdade? Será de todo crível que um «Zé Povinho» tenha as mesmas hipóteses de chegar, por exemplo, a presidente da república que um membro de um partido político? Nem todos têm as mesmas oportunidades de governar, por mais força de vontade que haja.

Uma proposta comum de procurar apoio de um partido traz-nos a uma nova questão que afeta regimes democráticos por todo o mundo.

Problemas da Política Partidária

Sendo o ideal da democracia o consenso, parece ao princípio fazer sentido que se formem grupos de pessoas com a mesma opinião, para que a defendam melhor, numa só voz, em vez de várias dissonantes que, no entanto, querem dizer mais ou menos o mesmo.

O problema aparece, por exemplo, quando na assembleia legislativa se lembram de que, na verdade, nenhum dos partidos decide o resultado final, e que o consenso que formaram antes apenas fez com que pessoas um pouco indecisas, abertas a outras opiniões se «entrincheirassem» na posição do seu partido a todo o custo, sob pena de serem convidadas a sair do partido. Isto não é consenso. Consenso implica conhecimento (não preconceito) de todas as posições opostas, implica uma ponderação racional e individual sem censura de opiniões. As concordâncias intra-partidárias não podiam ser mais distintas do ideal: guiadas por confiança nalguns membros do partido, são tomadas num grupo com parcialidades óbvias e sem grande contacto com opiniões exteriores.

A partir daí, as consequências seguem-se logicamente: uma série de grupos firmemente uns contra os outros que não conseguirão chegar a qualquer consenso entre si; de tal modo que as leis raramente terão unanimidade.

Como se não bastasse a ineficácia dos partidos em gerar consenso exterior a eles mesmos, ainda há pressão de outros agentes (*lobbying*) sobre estes partidos incompetentes.

Adicionalmente, visto que muitas vezes os partidos são eleitos alternadamente (em Portugal, normalmente, PS ou PSD) as políticas de um partido têm pouco tempo para surtir efeito. Este aparece por vezes no mandato do partido seguinte, que culpa o anterior, que culpa o anterior *et cetera ad nauseum*.

Economia

Estes tais agentes são muitas vezes empresas ou outros grupos sem outro interesse senão o próprio lucro, o que nos leva ao tema da economia.

A economia trata do trabalho. Do dinheiro tratam as finanças. O erro comum de que a economia está intrinsecamente ligada ao dinheiro deriva da política económica cujas origens datam de uma época anterior à própria democracia representativa: o capitalismo.

Também por ter origens mais antigas do que a democracia representativa, o capitalismo pouco tem a ver com a mesma. Não há valores de igualdade nem nada que se assemelhe, o valor único é o dinheiro, este é o valor a que tudo é subordinado. Como é que podemos dizer que vivemos em democracia quando os únicos chefes que elegemos são do governo? Ninguém elegeu o patrão de uma empresa, mas ele está lá. «Pelo seu próprio mérito», dirão alguns. Talvez, mas um presidente da república que tivesse o poder de empregar e despedir funcionários a seu bel-prazer, como o tem o presidente de uma empresa, seria criticado por concentrar em si tantos poderes. Com efeito, o presidente da Rússia é criticado por ter demasiados poderes quando chefes de empresas têm mais poderes em menor escala (isto é, são de uma empresa, não de um país).

A solução não é simplesmente passar a fazer eleições nas empresas, as eleições têm inviabilidades. O propósito da discussão é fazer-nos refletir sobre as estruturas que criámos, sobre se são realmente tão democráticas quanto dizemos.

Reparemos que num mundo em que existe dinheiro, pouco sentido faz falar de igualdade de oportunidades. Obviamente que se tenho dinheiro para comprar um produto ou serviço tenho a possibilidade de usufruir do mesmo. Se não tiver dinheiro, a não ser que me ofereçam o bem ou serviço, não terei acesso ao mesmo. Isto pode parecer insignificante, mas a maior parte do que existe são bens ou serviços.

A Solução Falida da Democracia Social

Assim sendo, muitos políticos acham que alguns bens e serviços essenciais, tal como a educação, ou um rendimento mínimo, devem ser garantidos pelo estado. Afinal de contas, a democracia baseia-se na igualdade, sem a última a primeira não existe. A ideia desta política faz sentido, mas não ataca fundamentalmente o problema. Apenas tenta colmatar o sintoma das desigualdades. Falha por isso redondamente em eliminar as desigualdades, esse não era o objetivo desta política, não é viável que isso aconteça.

Se formos às origens, compreendemos porquê: originalmente, era uma política de reforma socialista, para diminuir as desigualdades enquanto se preparava caminho para a revolução. Foi criada como um passo intermédio, antes de se atingir o estado desejado do comunismo. Era uma espécie de política Robin dos Bosques, um modo de proteger a ferida antes de a tratar, onde a ferida é uma metáfora para a desigualdade. Porém, o ideal de revolução foi esquecido, e a política antes tida como meio ou plataforma para a evolução social transformou-se num fim em si mesmo.

Falhanço da Economia Centralizada

Alguns, inspirados por Karl Marx, consideram que se as medidas originais do socialismo, como a nacionalização de empresas, fossem aplicadas em toda a sua força, o estado protegeria os interesses dos cidadãos, visto que o estado, ao contrário das empresas, não tem de fazer lucro a curto prazo.

Sugerem que se o estado controlasse a economia, poderia pagar melhores salários, proporcionar melhores condições de emprego, entre outros.

Talvez assim fosse antes da globalização, mas o mundo mudou. Ainda que nada disto resultasse num regime totalitário, medidas moderadas e razoáveis tal como a exigência da não-discriminação dos trabalhadores sindicalizados fazem os investidores pensar duas vezes em investir no país.

Pelo seu método económico autoritário, o dito comunismo falhou. Não quer dizer que os seus ideais estivessem errados, mas apenas que os seus métodos não só nunca funcionaram, como, devido à globalização, nunca funcionarão.

Parece que, de facto, há situações em que «as principais causas dos problemas são as soluções».

O Capitalismo é Antidemocrático

Deste modo, visto que não conseguimos curar «a ferida» pelos sintomas, temos de ir às bases, tentar compreender o quê que está a criar desigualdades. Lá no fundo, já sabemos. Para dar um exemplo, se uma pessoa vive num bairro de lata e outro vive numa casa bem construída, certamente que não é porque o primeiro gosta de barracões com zinco. Obviamente que não tem dinheiro para melhor.

Porque é que não tem dinheiro? Talvez seja irresponsável ou não trabalhe o suficiente para ganhar dinheiro que lhe permita viver melhor. Estamos a chegar a algum lado: então o dinheiro é uma medida de mérito ou de trabalho. É porém, difícil de explicar como é que o trabalho de algumas pessoas vale o trabalho de meio mundo, especialmente quando o primeiro grupo de pessoas não faz nada senão jogar com alguns números, enquanto o meio mundo é responsável por quase toda a produção mundial.

Sim, referimo-nos aos acionistas. Entre outros. No capitalismo tradicional, no modelo liberalista, pelo menos os acionistas eram responsáveis pela empresa. Qualquer ação duvidosa resultava num processo jurídico sobre os mesmos. Agora, a legislação é muito frouxa, os processos são morosos, quando se chega a uma conclusão já o processo prescreveu.

Em defesa do modelo neoliberal hoje aplicado, muitas vezes alguns dos fundadores do capitalismo, como Adam Smith e John Stuart Mill são citados, falando, especialmente no primeiro caso, da «mão invisível do mercado». Esquecem-se porém, que os mesmos autores escreveram também sobre os perigos dos monopólios, sobre o descontrolo dos mercados, a conspiração dos empregadores para manter os salários baixos, e muitos outros problemas esquecidos que hoje presenciamos. Stuart Mill questionou-se até sobre se, em tal sistema, um sistema de consumo hedonista, a vida teria sentido.¹

¹Também promove aquilo que refere como «democracia económica», em que os trabalhadores se organizam em cooperativas, sem patrões; facto que pode apanhar de surpresa capitalistas acérrimos.

O neoliberalismo intensificou os problemas previstos por Adam Smith e John Stuart Mill e criou novos, incontroláveis, como se a «mão invisível do mercado» ganhasse uma sede de destruição.

Além disso, o neoliberalismo cria empresas «demasiado grandes para falir», o que leva a que os estados, em nome da sustentabilidade económica, as «salvem» com dinheiro dos contribuintes que elas mesmas se recusam a pagar declarando estados promíscuos de insolvência.

Outra ideia ridícula do neoliberalismo é que se se injetar dinheiro suficiente no topo da economia, como nos bancos, eventualmente o dinheiro fica distribuído mais equitativamente. Porém, o capital extra significa que os bancos têm, por comparação, mais dinheiro. Visto que a moeda é do tipo *fiat*, não tem valor próprio, o dinheiro de toda a gente vale automaticamente menos. À medida que o dinheiro recente circula dos bancos para as grandes empresas, para as médias, por aí fora, até chegar aos empregados, essas empresas, por existir mais dinheiro e este ter menos valor, aumentam os preços. Por outras palavras, há inflação. Quando o dinheiro chega aos trabalhadores, os preços já aumentaram, as suas poupanças valem menos, e os seus salários baixaram (visto que as empresas em que trabalham também precisam de mais dinheiro, porque o dinheiro vale menos, como foi dito).²

Gilles Lipovetsky refere que uma das vantagens do capitalismo é que levou regimes democráticos à maior parte do planeta, fazendo as pessoas pensar no «agora» e não no futuro; contrastando-se, por exemplo, com os nazis que prometiam um império milenar, exigindo sacrifícios no momento.

No entanto, como nos indica Noam Chomsky, não nos podemos esquecer de regimes autoritários impostos pelo capitalismo, como por exemplo no Chile, a ditadura de Pinochet. Muitas vezes tenta-se criar algum liberalismo económico para fomentar o estabelecimento de empresas, mas nem por isso os regimes são muito democráticos.

O capitalismo baseia-se na completa racionalidade e consciência de ambas as partes, na consideração racional de cada oferta, na leitura atenta da cada apólice e crítica de cada publicidade. É óbvio que isto não acontece. Temos uma ciência inteira (a sociologia) que nos diz exatamente o contrário, que as decisões das pessoas são um misto de emoções e razão!

Em toda a sua história, o capitalismo foi financiado pela colonização. Ainda hoje acontece isso mesmo, através de empresas que se aproveitam da miséria de povos de países subdesenvolvidos.

O capitalismo baseia-se no crescimento eterno,³ e é impossível crescer para sempre. Não existe «capitalismo sustentável» nem «consciente».

Para além dos problemas referidos, ainda se colocam as questões sobre as desvantagens da competição ao invés de cooperação, sobre as táticas de dividir para reinar aplicadas aos trabalhadores (desempregados *vs.* empregados, jovens *vs.* idosos, *etc.*, entre outras muitas questões demasiado vastas para serem tratadas neste documento. O capitalismo é inerentemente insustentável.

²Podemos ter uma noção destas e outras ideias no documentário *Os 4 Ginetes do Novo Apocalipse* (em inglês *Four Horsemen*)

³(ver referido documentário)

Fracasso das Medidas de Reforma ao Capitalismo

Porque é que os empresários hão de procurar mão-de-obra num país europeu quando podem ir para a China e ter, essencialmente, escravos? E caso precisassem mesmo, por alguma razão, de ter uma fábrica na Europa, escolheriam o país com menos pressão sindical, onde se respeitam menos os trabalhadores, pois fariam bem mais lucro.

Investidores que tenham um comportamento mais nobre e sigam normas morais ficam em desvantagem, e mais depressa deixam de ser investidores, visto que ganham menos e mais facilmente vão à falência do que os seus parceiros desonestos.

Cria-se, no capitalismo globalizado, uma espécie de seleção artificial, ou darwinismo económico, para a seleção do mais desonesto, por ter mais facilidade em se tornar rico e gerar investidores do mesmo género.

Adicionalmente, o facto de haver instituições que deviam regular (não regalar!) o mercado e não o fazem apropriadamente faz com que as pessoas confiem em negócios (do género de esquema em pirâmide) em que de outro modo não confiariam.⁴

⁴Carne Ross, ex-diplomata britânico, refere isto entre outros temas no seu livro *A Revolução Sem Líder*.

Educação

A aprendizagem é um processo que requer vontade de ambas as partes. É impossível aprender sem acesso à informação ou ensinar sem que se queira aprender. Isto é fundamental: quem não quer aprender não aprende. A aprendizagem sob coação não só é ineficaz como bem pouco democrática, e desperdiça um recurso subvalorizado: a curiosidade. A verdadeira aprendizagem advém da curiosidade. Temos a capacidade de aprender desde que nascemos. Apenas precisamos das ferramentas certas.

Todavia, esta informação bastante óbvia a qualquer pessoa que dedique cinco minutos a pensar no assunto parece ter escapado à maioria dos sistemas educativos no mundo. Mas é por uma boa razão: quando as primeiras escolas apareceram, tinham como objetivo dar conhecimentos básicos a uma população largamente iletrada. A maioria das pessoas não tinha acesso à informação, nem sabia ler jornais. Daí que a finalidade das escolas fosse dar o máximo de informação na menor quantidade de tempo possível. Fez-se, por este método de «despejo», um progresso considerável.

Porém, à medida que se considerou importante estender a escolaridade obrigatória (tanto na duração, como na quantidade de disciplinas e de conteúdos por disciplina), para que os alunos fossem mais bem formados, o método não mudou. Mudaram os tempos, as necessidades, as vontades, mas permaneceu o método, impávida e serenamente. Quando se acha que uma grande porção dos alunos estão a conseguir absorver a torrente de informação, mais informação vem a caminho.

Ou seja, quer-se resolver um problema que, em parte graças à imprensa⁵, e à internet, já não existe: a falta de informação. Pelo contrário, impõe-se o problema oposto: o excesso de informação, também conhecido como a hiperinformação.

Não nos faltam métodos alternativos. No nosso próprio país temos um exemplo, a escola da Ponte, e também no Reino Unido a escola de Summerhill são exemplos de métodos mais atuais, baseados nos ensinamentos de pessoas desde o século XIX (ironicamente, pouco depois do surgimento do método tradicional), como Francesc Ferrer e Paulo Freire.

Existe bastante informação sobre estes métodos alternativos, com vimos, já desde o século XIX. O que falta sobretudo, como sempre, é força para os implementar: numa democracia, qualquer método sugerido poderia ser aplicado localmente. Aqui, retornando ao exemplo da escola da Ponte, mesmo tendo uma escola já em funcionamento, que dispensa orçamento para conselho executivo, é “o cabo dos trabalhos” para que seja aprovada como escola pública. E vendo com os próprios olhos que funciona, o governo recusa-se a implementar o modelo em qualquer outra escola.

De novo, observamos a inércia do sistema político, a resistência a uma mudança que deixa até as pessoas que querem mudar apáticas e crentes de que a mudança é quase impossível.

⁵Referimo-nos aqui ao método que permitiu a existência dos meios de comunicação social, não a esses meios em si mesmos.

Diplomacia

Mesmo tolerando os problemas a nível local, ou até a nível nacional, a nível internacional, como, de novo, podemos ver na referida obra de Carne Ross (e ainda na obra *Diplomata Independente*), é impossível dizer que a política internacional, também conhecida como diplomacia, é de modo algum democrática. Como nos mostra o autor, as relações externas praticamente não mudam com a mudança de partido político.

Nem estruturas onde há votação, como a nível europeu, são democráticas. A certo ponto, estão demasiado longe dos cidadãos comuns para que estes tenham influência significativa sobre as mesmas. Este é mais um processo que gera apatia por estar tão distante do cidadão comum, e no entanto ter tanto poder. Mas nem por isso são incontroláveis estas instituições: são controladas não só pelo mercado (por isso pelo dinheiro) como por poderosos não eleitos (de novo, pelo dinheiro).

Uma boa analogia para a votação é conduzir um carro: aplicar uma política diretamente é como conduzir em primeira, votar em candidatos para a aplicar é conduzir em marcha atrás, votar em candidatos que votam em candidatos que votam numa política é conduzir em marcha com um atrelado, *etc.*.

A globalização é feita de forma não democrática. Mas nem tudo é mau. A globalização misturou os povos de um modo anteriormente impensável. Já não existem *eles* ou *nós*. Existem seres humanos. Torna-se de repente mais flagrante a irrazoabilidade do racismo e do nacionalismo. Cada bomba lançada de um país para outro matará milhares de cidadãos do primeiro que vivem no segundo.

Como que por acidente, a globalização trouxe uma união entre os povos que pode ser usada como ferramenta para os mesmos se libertarem.

Para Além dos Problemas Técnicos

O capitalismo tende a tratar todos os problemas igualmente, de facto, mas erradamente, como problemas técnicos. A maior parte dos problemas da sociedade não são técnicos, mas mistos de políticos, económicos, sociais, *etc.* nos quais a técnica deve ser uma ferramenta e não um fim a atingir.

Demasiadas são as vezes em que os políticos, mesmo sendo honestos, estão resolutos que se forem *eles* a governar, implementarão as medidas x , y e z , e o problema ficará resolvido. Não é verdade. O mundo, pela globalização, tornou-se mais complexo. Não é caótico, mas também não é linear. É como se o tempo passasse mais depressa. Uma pequena mudança pode ter efeitos imprevisíveis.

Daí que as «soluções gerais», as políticas nacionais e internacionais estejam obsoletas. A política, tal como a economia, centralizadas não funcionam. Precisamos é de democracia.

Ditadura, Poliarquia e Democracia

Referir o tipo de regime em que vivemos como uma democracia, como vimos, não faz muito sentido. Porém, é também evidente que não vivemos numa ditadura. Do que se trata então? Robert Dahl indica-nos que vivemos num regime intermédio, a que chama poliarquia, definido por uma série de critérios que garantem que não é uma ditadura (por exemplo, existe liberdade de expressão, um sistema de eleições imparcial, *etc.*) nem uma democracia (nada pode ser mudado diretamente, há uma hierarquia social e económica, os grupos de pressão afetam a governação por vezes mais do que o eleitorado).

Ainda que todos tivessem as mesmas oportunidades de governar, não seria uma democracia de qualquer modo, numa democracia governam *todos*. Escolher diretamente uma lei x ou orçamento y é completamente diferente de escolher quem faz essas escolhas.

O facto de ser tão difícil participar na Política independentemente, isto é, ver a opinião própria em prática, ou pelo menos em praça pública para ser discutida como tendo o mesmo valor que outras opiniões, faz com que as pessoas se desinteressem pela política.

Numa democracia não há governo, pois o poder está distribuído.

O processo eleitoral, a desconexão entre o voto (representando a mudança política desejada) e a mudança política efetiva, a completa inadequação do método educativo à atualidade, a alienação no local de trabalho, a crença de que o trabalho se resume a um ganha-pão, a santificação do dinheiro, entre muitos, muitos outros problemas, e a total falta de consciência sobre a necessidade e exequibilidade de uma mudança geram uma quantidade absurda de apatia e inação. Esta é a derradeira prova de que vivemos numa poliarquia, não, de longe, numa democracia.

É também uma questão de atitude. Muitos consideram que a democracia consiste num processo eleitoral, na obediência às leis, na liberdade de expressão, ou o que quer que seja. Talvez a dita representativa. Mas não é isso que «poder do povo» quer dizer. Democracia é ação direta.

As eleições são uma ferramenta, um meio e não um fim. Demasiadas vezes os políticos tomam a sua eleição como um fim ou mudança em si mesma, em vez de um meio para a mudança que eles pretendam implementar. A democracia trata de consenso respeitando cada indivíduo.

A «tirania da maioria» está, ao contrário do que diziam os fundadores dos EUA, mais na democracia representativa que na direta, as minorias são esmagadas no parlamento quando se vai a votos. Na verdadeira democracia, pelo seu próprio interesse, todos tentam fazer o melhor, ouvindo as minorias e tentando chegar a um consenso, nem que seja para que, quando chega a sua vez, sejam ouvidos eles mesmos.

Os problemas atuais e a divulgação espetacular de informação na internet dão-nos uma nova possibilidade anteriormente indisponível. Façamos da internet uma ferramenta para isto.

Revolução do Pensamento

«A democracia é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros.» — quando Winston Churchill proferiu estas palavras, certamente não se referia à democracia como se refere no presente documento, mas também de certo que o que ele disse se aplica ao regime que ele pensava como democracia.

Se a poliarquia está falida, e não consegue atingir uma democracia, significará isso que a democracia é inatingível? Que mais vale desistirmos? Que estamos condenados? Claro que não.

Existem coisas fora do nosso controlo. Podemos dar como exemplo o clima (que mesmo assim controlamos, tanto voluntária como involuntariamente), a gravidade, as leis que regem o Universo. Contudo, existem muitas coisas dentro do nosso controlo. Nomeada e logicamente, as instituições que estabelecemos. Nós criámos o estado, e muito facilmente o podemos abolir. Mas porquê que existe o estado em primeiro lugar?

Falhas do Contrato Social

O contrato social⁶ até pode justificar a existência do estado, mas não explica as suas origens. Ninguém, alguma vez, assinou um contrato que legitimasse ações do estado em seu nome.

A origem do estado também nada tem a ver com a proteção dos cidadãos. De facto, nos primeiros estados, não havia cidadãos como hoje, mas súbditos sobre os quais um senhor feudal tinha direitos absolutos. O feudo era a instituição centrada à volta do senhor feudal, que impunha as suas regras num território.

A diferença de um feudo para um estado, como nos diz Max Weber (um dos fundadores da sociologia), não é assim tão grande. Weber define o estado como tendo o monopólio do uso legítimo da força, ou monopólio da coação. Isto é, o estado é o único que define se determinado uso da força é ou não legítimo dentro das suas fronteiras.

Já, por exemplo, um feudo, não tem controlo absoluto mesmo dentro de fronteiras: na idade média vários regentes (duques, príncipes, *etc.*) podiam afirmar-se como donos de um determinado território, e algumas pessoas cumpriam as ordens de um, e outras de outro, criando um conflito constante, especialmente nas fronteiras.

Um estado pode ser mais ou menos democrático, mas a definição continua a aplicar-se: até permitindo a auto-defesa de um cidadão, esse uso da força independente deriva da autoridade e legitimação pela parte do estado do mesmo uso. A questão é que independentemente de quão justo um estado possa ser, é, no fundo, um feudo com um monopólio. Um feudo com mais controlo, mais organização. E nada mais.

Esta estrutura nunca poderia ser democrática, até porque, por definição, tinha um propósito oposto: defender uma minoria (senhor feudal, nobreza, *etc.*) da maioria (povo, agricultores, *etc.*). Não evoluímos assim tanto: o estado continua, pelo capitalismo, a dar mais vantagens a uma minoria que à maioria. Podemos dizer que o feudalismo é uma barbárie sofisticada, e que o capitalismo é um feudalismo sofisticado.

⁶(ver ideia de Jean-Jaques Rousseau e, mais recentemente, John Rawls)

Pela sua própria definição e origens, o estado não se desvanece. O desaparecimento do estado é um mito marxista, é irreal. O estado existe para a sua auto-perpetuação. Ou o destruímos, ou continuará até sermos destruídos pela nossa inação.

Democracia é Anarquia

Portanto, a razão pela qual um estado é melhor que um feudo está relacionada com a justiça e a organização. Não com a liderança nem com qualquer que seja a moda nas politiquices atuais. Por isso, para termos algo que funcione, deve ser justo e organizado. Mas, também, como vimos, descentralizado e igualitário, em que todos possam participar. Nada de espantoso aqui: o objetivo é a democracia.

A diferença está nos métodos que usaremos para a atingir. Não há nada de anormal no facto de o estado não funcionar mais: quanto muito, é lógico. A poliarquia traz-nos até aqui, e não mais. Teremos de tomar as rédeas nas nossas próprias mãos, precisamos de democracia para ter democracia, não, como se viu no leninismo, de aprisionar o povo para o libertar.

Uma ideia fundamental da democracia é que o poder concentrado corrompe, e também por isso deve ser dividido por todos. A ideia de estado opõe-se a este princípio, ainda que não na teoria, realmente na prática. Se a democracia, efetivamente, se opõe ao estado é, como nos diz Proudhon, uma anarquia, do grego $\alpha\nu + \alpha\rho\chi\acute{o}\varsigma$: «não governo».

Existe um movimento de oposição ao governo recente chamado de horizontalismo, que segue mais ou menos estas ideias sem saber como as pôr em prática. Lembremo-nos que não precisamos de começar do zero. Já existe trabalho feito, ideias formuladas. A este conjunto chamamos «anarquismo».⁷

Há que fazer da manifestação mais do que um exercício de futilidade, deixemos de exigir dos políticos aquilo que eles não podem dar: em vez de exigir-lhes uma mudança, façamo-la nós mesmos, tanto quanto possível.

A poliarquia é altamente burocrática, há uma inércia enorme para qualquer mudança. No fundo, o direito à manifestação é vazio: podemos-nos manifestar, mas não fazer as mudanças que pretendemos, tendo de esperar por eleições que possam trazer um político que, ainda que honesto, provavelmente não conseguirá fazer as mudanças que pretende. Façamo-las nós mesmos: ninguém as fará por nós.

O Renascimento da Filosofia

Hannah Arendt além de defender uma forma de democracia direta⁸, fez renascer das cinzas uma ideia da Grécia Antiga: a *praxis*.⁹ Refere-se à aplicação prática dos ideais filosóficos, e lamenta ser tão negligenciada na Filosofia.

⁷Ver filosofia de Kropotkin, Bakunin, exemplos de aplicação prática de Nestor Makhno, da CNT, ELNZ, protestos de 1968 em França, movimento Okupa, Abahlali baseMjondolo, entre muitos outros

⁸Refere-se esta como democracia de conselho: ver <http://www.hannaharendtcenter.org/?p=14131> e <http://www.hannaharendtcenter.org/?p=11834>

⁹Aristóteles distinguia três tipos de atividade humana: a *theoria* (tendo como finalidade a verdade), a *poiesis* (tendo como finalidade a produção) e a *praxis* (tendo como finalidade a ação).

Arendt considera a *praxis* a mais alta manifestação da liberdade, e considera a poliarquia (referida por outros termos) e a sua burocratização como impedimentos à *praxis* tão necessária para a democracia.

A democracia baseia-se na atividade direta dos cidadãos na Política. Tal como na Grécia Antiga, a argumentação é crucial. E para que da argumentação se crie consenso e ideias exequíveis, temos que usar a Filosofia. É aqui que a disciplina por todos esquecida renasce das cinzas. Porque, como referimos, nem tudo são problemas técnicos.

Conclusão

O século XXI ainda está a começar. Jorge Santayana dizia que «aqueles que não se lembram do passado estão condenados a repeti-lo», e Mark Twain que «a História não se repete mas rima». Aprendamos com os erros do passado: os gregos discriminavam pelo género e nacionalidade aqueles que podiam participar, nós pela popularidade, dinheiro e estatuto. Por distribuir e descentralizar os problemas, dando a cada um a palavra, a democracia é necessariamente radical, isto é, aborda os problemas de raiz. Opõe-se a regras gerais, como as leis, e cria regras flexíveis através das suas soluções, as soluções das pessoas para as pessoas.

Não nos falta tempo para criar uma democracia neste século. Não nos faltam ideias: «trabalhadores do mundo, uni-vos!», dizia Marx, «o povo, unido, jamais será vencido!», «a união faz a força». Falta-nos espalhar estas ideias, falta-nos agir de acordo com as mesmas.

A questão não é quem lidera: falam de um salvador da pátria? «Salvem-nos a nós mesmos» (d' *A Internacional*). «Um verdadeiro líder ensina os outros a se liderarem a si mesmos.» O princípio da anarquia não é «cada um por si» mas sim «um ataque a um é um ataque a todos!». Só assim se acaba com a hierarquia e se começa uma verdadeira democracia. No fundo, democracia, comunismo, socialismo e anarquia têm o mesmo objetivo: o poder nas mãos de todos e cada um. Parafraseando Tolstoi, a História é feita de um número imensamente grande de ações de Homens imensamente pequenos.

Claro que não podemos dar certezas sobre como será a nova democracia, pois será construída em comum, não seguindo modelos estáticos aplicados de cima para baixo, mas modelos dinâmica e localmente modificados e aplicados de baixo para cima.

Há muitos conceitos que não abordámos explicitamente, como a auto-perpetuação do estado, a necessidade da sua abolição, a escravidão do trabalho, a alienação, o exército industrial de reserva, *etc.*, simplesmente porque não os conseguimos explicar num artigo desta dimensão.

Para concluir, seleccionámos um excerto de uma obra que sumariza algumas críticas defendidas no nosso trabalho:

“«Capital» (...) no campo político é análogo a «governo» (...) A ideia económica de capitalismo, as políticas de governo ou de autoridade, e a ideia teológica de igreja são três ideais idênticos, e, de várias formas, vinculados. Atacar uma delas é o equivalente a atacar todas elas (...) o que o capital faz ao trabalho, e o Estado à Liberdade, a Igreja faz com o espírito. Esta trindade de absolutismo é tão perniciosa na prática quanto o é na filosofia. O meio mais eficaz de oprimir os povos seria simultaneamente escravizar o seu corpo, a sua vontade e a sua razão” — Pierre-Joseph Proudhon, *O que é a propriedade?*

Fontes de Consulta

Todas as fontes foram reconsultadas a 22 de Maio de 2015. Algumas foram referidas no texto pela sua relevância de maior numa parte específica, enquanto outras tiveram apenas uma influência geral.

Bibliografia

As obras que se seguem foram utilizadas como referência, e não necessariamente lidas por completo.

- KROPOTKIN, Piotr, *A lei e a Autoridade*
- PROUDHON, Pierre-Joseph, *O que é a propriedade?*
- ROSS, Carne, *A Revolução Sem Líder*
- ROSS, Carne, *Diplomata Independente*

Webgrafia

As páginas web identificadas nesta secção que estão no domínio da Wikipédia foram consultadas também na sua versão inglesa (foi esta à qual prestámos mais atenção), visto que estavam incompletas na versão referida (portuguesa).

As três primeiras páginas referidas são páginas iniciais de websites, relevantes para o tema do trabalho, mas que atualizam o seu conteúdo constantemente.

- <http://anarkismo.net/>
- <http://askananarchist.org/>
- <http://libcom.org/>
- http://rapidcityjournal.com/news/opinion/forum-freedom-on-the-rocks-tyranny-versus-terrorism/article_85f42746-9c81-598c-9e64-0db3ee978191.html
- <http://www.hannaharendtcenter.org/?p=14131>
- <http://www.hannaharendtcenter.org/?p=11834>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam_Smith
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anarquismo>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Ba_Jin
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Emma_Goldman
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Escavid%C3%A3o_do_sal%C3%A1rio
- https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Orwell
- https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Stuart_Mill
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Poliarquia>